

O NOVO MAPA DO MUNDO
GLOBALIZAÇÃO E
ESPAÇO LATINO-
AMERICANO

ORGANIZADORES

FRANCISCO CAPUANO SCARLATO
MILTON SANTOS
MARIA ADÉLIA A. DE SOUZA
MONICA ARROYO

EDITORA HUCITEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
São Paulo, 1993

© 1993 Direitos reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., Rua Gil Eanes, 713 - 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011)543-0653 e 530-9208. Fac-símile:(011)535-4187.

ISBN 85.271-240.4

Foi feito o depósito legal.

Co-edição com a

ANPUR

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
em Planejamento Urbano e Regional

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - 05508 São Paulo, SP Brasil

Caixa Postal 8105 — Telefone: (011)210-0217

A publicação deste livro contou com o apoio de

FINEP — Financiadora de Projetos da Secretaria de Ciência e Tecnologia da
Presidência da República

FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da
Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República

CAPES — Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do
Ministério da Educação

USP — Universidade de São Paulo

Neoliberalismo e perspectivas das geoeconomias regionais

CARLOS A. MUÑOZ L.

A partir de 1989, o governo venezuelano vem enfrentando a crise com uma estratégia de perfil liberal. Não obstante, algumas mudanças nessa direção aconteceram desde os anos 80, as quais, por sua vez, servem de antecedentes e contribuem parcialmente para explicar alguns elementos dessa estratégia, batizada como o “Gran Viraje” ou “Octavo Plan de la Nación” (1989-1994). Ela é também conhecida como “Programa de Ajuste Macroeconómico” (PAM).

Os resultados desse programa são mais explosivos na Venezuela porque o conjunto de medidas rompe um longo período de estabilidade relativa que fazia do país um caso atípico no continente. Trata-se de um lapso de tempo em que a nação acostumou-se a viver principalmente da renda do petróleo, tendencialmente em ascensão. O contraste entre o período precedente e o novo fez-se muito mais acentuado porque, nos anos 70, essa fase econômica culminou num *boom* da receita do petróleo, que alterou todos os parâmetros da economia venezuelana. Ainda assim, nesse mesmo período iam amadurecendo os elementos, alguns muito antigos, que indicavam uma tendência ao esgotamento do modelo desenvolvimentista e, em especial, do padrão de acumulação baseado quase que exclusivamente na distribuição da renda.

Um dos indícios mais fortes do esgotamento do modelo foi a crise de 1982-83, quando a longa e sustentada paridade cambial do bolívar se alterou, ensejando a desvalorização mediante uma política de controle cambial. Apesar da inércia, os atores da cultura financeira salvo umas poucas exceções, levantaram o véu ao declarar que a situação seria superada num prazo relativamente curto. A desvalorização e o controle cambial eram, ao mesmo tempo, um dos sintomas e um dos tratamentos para enfrentar a crise.

Depois de uma queda geral do Produto Interno Bruto (PIB), a crise de 1982-83 abriu caminho para um fortalecimento da produção para o mercado

interno, cuja recuperação se observou até os anos 87-88. Os produtos importados ficaram mais caros em consequência de desvalorizações escalonadas e diferenciais; entretantes, a produção nacional continuava contando com diversos subsídios, um dos quais era o dólar preferencial para determinadas atividades. No entanto a economia vivia uma situação artificial; a inflação crescente e a redução das reservas internacionais, entre outros indicadores, denunciavam problemas estruturais mais profundos. A situação ameaçava tornar-se ainda mais crítica, o que justificou a implantação do PAM por parte do novo governo que assumia naquele momento.

O eixo central da nova estratégia, implementada a partir de 1989, consiste essencialmente em passar toda a dinâmica econômica do Estado e a distribuição da renda como núcleo articulador do sistema para a iniciativa privada e para as forças do mercado. No caso venezuelano essa situação apresenta complexidades particulares, já que o Estado não só esboça e decide qual é a estrutura distributiva como, por ser o único titular da renda, consigna-a aos diversos setores da economia, o que transforma estes últimos em tributários daquela renda e não em seus contribuintes (Díaz B., L. 1984:52). Em vista do exposto, a cota demandada nessa partilha não se legitima por sua contribuição passada ou presente, mas sim pela simples promessa de um aporte futuro, o que empresta a essa ação um cunho eminentemente político (Mommer, 1990:200).

O "Programa de Ajuste Macroeconómico", como os planos anteriores da nação, pretende desvincular o restante da economia da renda do petróleo com todos os seus vaivéns. Só que desta feita semelhante objetivo se formula quando a renda apresenta uma tendência declinante e irreversível (Baptista, 1989:106). Essa situação tornaria impossível resolver as demandas, tensões e conflitos nos setores e agentes sociais recorrendo-se ao expediente de dividir excedentes extraordinários da renda do petróleo, acumulados ou esperados no futuro, conforme aconteceu no passado. As possibilidades atuais oscilam entre o endividamento, o déficit fiscal ou o aumento dos impostos.

O PAM, como todos os programas concertados com o FMI, envolve uma série de medidas como: estabelecimento de uma taxa de câmbio única e flutuante, eliminação dos subsídios aos produtores, liberação de preços e uma reforma comercial que propõe uma diminuição geral das tarifas alfandegárias, reforçada pela corporação do país ao GATT. Essa reforma comercial é intensificada por acordos especiais bi ou multilaterais como os que estão em andamento com países do Pacto Andino, com o Grupo dos Três (Colômbia, México e Venezuela), o que entrou em vigor inicialmente com a Colômbia e o acordo comercial com o Chile. Todo esse conjunto de ações dá

feição à estratégia de reinserção do país no processo de globalização da economia internacional.

A análise dos efeitos do PAM nas geoeconomias regionais torna-se difícil e complexa porque uma única medida pode provocar uma ou mais consequências no comportamento dos setores e agentes econômicos regionais; da mesma forma uma mesma ação pode produzir reações diferentes de uma região para outra. As coisas se tornam ainda mais intrincadas quando uma combinação de ações programáticas opera de maneira conjunta e/ou simultânea. Isso exige que se faça a análise em termos muito gerais e com base em meras hipóteses. O caráter conjectural do enfoque deriva do fato de os efeitos do PAM não serem suficientemente claros, já que sua plena aplicação se acha em curso, e, sobretudo, da falta de informações adequadas sobre cada região. Em outros casos, as afirmações terão um tom mais prospectivo. Tudo se tenta com finalidade de contribuir para uma reflexão sobre o rol mutável das geoeconomias regionais no contexto da globalização da economia.

Quando se fala de geoeconomias regionais, alude-se basicamente a processos e circuitos produtivos enquadrados pela divisão político-territorial do país. Nuns poucos casos faz-se referência à regionalização, que data de 1980 e ainda sobrevive, embora na prática se mostre muito pouco operativa para diversas ações (ver Mapa).

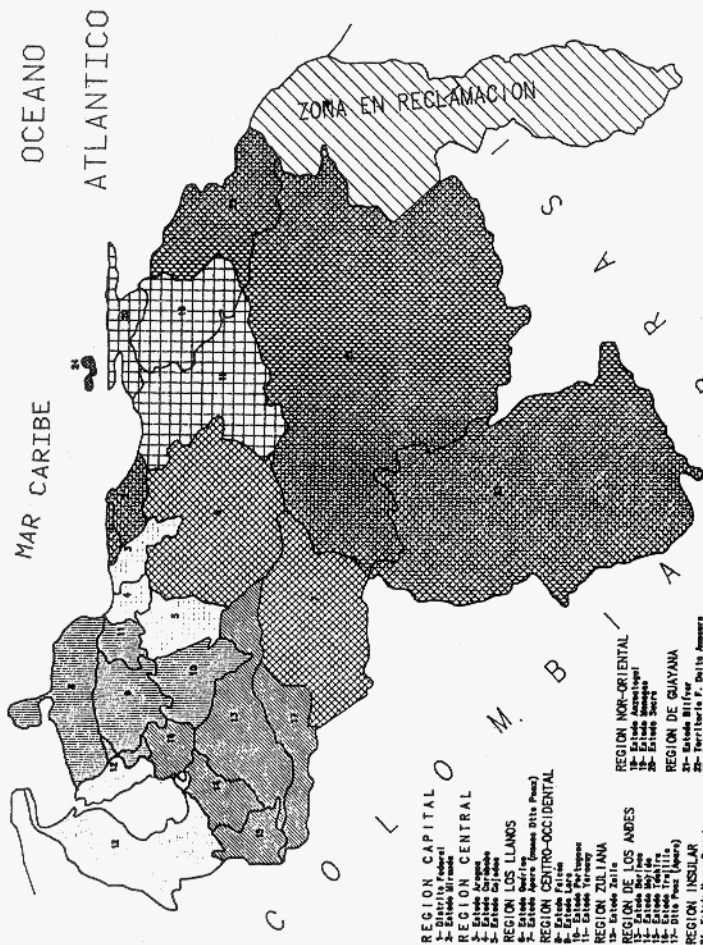
As mudanças que delineiam o novo contexto para as geoeconomias regionais da Venezuela podem ser assim sintetizadas: a) no plano nacional, a imposição de um modelo de crescimento econômico baseado no esforço produtivo interno, que implicitamente se ampara na ausência de melhoras concretas para os trabalhadores (Baptista, 1989); e b) no plano internacional, evidencia-se uma economia mais dinâmica, menos pressionada pelas exigências da produção em grande escala e de concentração espacial para torná-la viável.

No contexto das mudanças internacionais, o novo modelo requer um Estado menos intervencionista (regulador), menos burocratizado, mais descentralizado, que facilite a utilização das economias externas ou outras vantagens comparativas eventuais, minimizando-se ou anulando-se as restrições a seu aproveitamento.

Pois bem, quais as mudanças que se vêm operando nas geoeconomias regionais do país? Como já foi dito, a resposta a essa pergunta não é fácil porque as tendências não se exprimem em toda a sua magnitude, nem se desdobram em suas várias dimensões. No entanto, pode-se tentar inferir alguns efeitos nas geoeconomias regionais a partir das mudanças econômicas globais e setoriais que estão ocorrendo.

No primeiro ano de aplicação, o "Programa de Ajuste Macroeconómico"

REGIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA VENEZUELA



ELABORADO POR: MUELLE PEREIRA, 1978.

provocou uma queda do PIB, cuja recuperação na maior parte dos setores não foi, nos anos que se seguiram, suficiente para alcançar os níveis existentes em 1988 (Quadro 1). Crescimento verificado posteriormente (90 e 91) não se deveu a um incremento dos investimentos privados, nacionais ou estrangeiros, como se alegou a princípio, mas sim do setor público, principalmente o realizado pela empresa petrolífera estatal, a PDVSA.

Ainda que a redução do PIB agrícola tenha sido menos acentuada que a dos bens não-transables em geral ou da indústria manufatureira, sua recuperação foi menos rápida e está às voltas atualmente com um alto grau de incerteza. Os efeitos do PAM foram mais consistentes no subsetor agrícola vegetal. Em geral, estimou-se a redução da produção de cereais, a princípio, em cerca de 25% durante o ano de 1989 (Morales, 1990:155). Segundo dados do Banco Central, ela chegou a 20%, o milho caiu 20,1%, o arroz 18,3%.

Quadro 1

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (a preços de 1984)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
PIB Total	6,8	3	5,1	-8,6	5,3	9,2
Atividade Petrolífera	5,6	0,9	8,0	-0,4	13,6	9,9
Atividades não-petrolíferas	7,1	4,2	5,7	-9,4	3,7	8,6
Produção de Bens			5,1	-14,3	4,0	10,4
Transables				12,1	3,6	5,2
Agricultura	8,3	4,1	4,6	-5,1	-0,3	6,0
Manufatura	9,3	4,4	3,4	-14,6	4,9	5,4
Não-transables				21,3	5,6	28,4
Construção	9,8	4,3	7,9	-27,1	6,7	33,9
Produção de Serviços			6,3	-6,9	3,4	7,6

(Fonte: Informes Económicos BCV)

Quadro 2

Venezuela: Taxa de desemprego* para alguns estados — 1984/90

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	(1990-1988)
Venezuela	11,2	11,6	9,8	8,2	6,6	8,3	9,5	2,9
Estado com algum predomínio nas atividades industriais**								
Bolívar	12,5	10,7	9,3	6,3	4,8	5,7	5,6	0,8
Miranda	10,3	12,6	10,1	5,7	4,5	6,1	8,3	3,8
Dist. Fed.	11,4	12,7	9,3	7,9	5,6	7,4	9,1	3,5
Carabobo	15,4	16,0	13,1	8,9	6,7	11,1	11,8	5,1
Aragua	12,4	11,7	10,5	8,5	7,6	8,6	12,3	4,7
Anzoátegui	15,2	15,5	10,8	9,8	7,7	11,8	14,5	6,8
Estados com predomínio em várias atividades**								
Zulia	10,4	10,6	9,8	9,2	7,4	8,0	7,4	0,0
Táchira	5,2	7,8	7,8	6,7	5,4	7,4	8,3	2,9
Sucre	9,0	9,5	9,7	7,9	8,3	10,1	9,3	1,0
Lara	13,7	12,8	11,2	9,8	7,9	9,3	10,0	2,1
Monagas	13,7	13,9	10,8	9,2	8,8	10,1	12,9	4,1
Estados com algum predomínio em atividades agrícolas**								
Mérida	9,4	8,9	9,5	6,9	6,1	5,7	7,6	1,5
Portuguesa	9,2	10,7	8,9	7,7	4,2	6,2	7,8	3,6
Trujillo	5,2	7,8	7,6	8,0	5,9	7,5	8,6	2,7
Yaracuy	11,4	11,8	8,6	8,9	6,1	6,5	11,5	5,4
Guárico	18,1	17,0	12,1	9,8	8,3	11,3	12,1	3,8
Falcón	16,0	15,5	13,7	13,3	12,2	13,6	15,5	3,3

* Não inclui os que procuram trabalho pela primeira vez. Informação de 30/6.

** Agrupamento experimental

(Fonte: OCEI — Indicadores de Fuerza de Trabajo)

E assim para a maioria dos itens agrícolas. A queda na produção de sementes com certificado e de insumos para os alimentos balanceados é preocupante devido às suas repercussões em outras atividades e no comportamento das importações.

O declínio do produto agrícola vegetal em 1989 teve efeitos na geocono-

mia de vários estados como Portuguesa, Guárico e, em escala menor, Yaracuy e Barinas. Se alguns itens como o arroz, por exemplo, experimentaram rápida recuperação, outros parecem ter sofrido os efeitos com atraso, como é o caso da batata. Para esta, como para algumas hortaliças, a situação se torna mais complicada porque a queda geral nas tarifas alfandegárias e o acordo comercial com a Colômbia facilitaram a importação desses produtos. De fato, a batata colombiana começou a competir com a nacional. Algo parecido aconteceu com a importação de alho, o que repercutiu na economia dos estados andinos, particularmente nas geoeconomias de Mérida, Trujillo e Região Centro-Occidental, com a produção de batata do estado de Lara. Menção especial merece o impacto causado pela importação de frutas frescas, típicas de clima temperado. Esse fato praticamente colocou num beco sem saída o esforço de anos para conseguir uma produção nacional desses itens em clima tropical de altitude. Novamente, as terras altas dos estados andinos e algumas localidades específicas no resto do território foram seriamente afetadas.

Em conseqüência da queda das tarifas alfandegárias, cujos efeitos só mais recentemente se fizeram sentir, a produção de oleaginosas pode ser afetada pelo incremento de insumos importados para o setor agroindustrial respectivo, ocorrido durante o primeiro quadrimestre de 1992. Com efeito, os produtores desses itens, em anos recentes, tiveram de pressionar para obter o pagamento de sua colheita, devido pela agroindústria. De um modo geral, nos estados em que o emprego é predominantemente agrícola, as taxas de desemprego aumentaram entre 1,5 e 5,4% de 1988 a 1990 (Quadro 2). O fato é significativo, pois neste setor existe uma tendência a subestimar tal indicador.

No que tange à indústria manufatureira (com exceção da refinação de petróleo), a situação é tão ou mais complexa.

Em 1989 houve uma forte baixa no PIB (-14,6%). As indústrias de bens intermediários e de bens de capital, todavia, sofreram as reduções mais drásticas. A recuperação do setor, especialmente a do subsetor de bens de consumo, parece ter sido mais rápida, presumivelmente porque a alta do dólar, num primeiro momento, afetou negativamente o preço dos bens importados e a baixa das tarifas alfandegárias não compensava o efeito inverso da nova situação cambiária. Não obstante isso, o crescimento do produto industrial dos anos seguintes não melhorou a situação, já que o desemprego dos estados industriais de Carabobo e Aragua continua alto. Não afetou tanto, porém, o Distrito Federal e o estado de Miranda, devido talvez à sua maior diversificação econômica. Tampouco se fez sentir no estado de Bolívar, presumivelmente por tratar-se de indústrias básicas

estatais com sindicatos poderosos, o que torna difícil demitir pessoal. Além disso, essas indústrias se beneficiaram do incremento da demanda externa, com o aumento das exportações do setor, e de uma demanda maior oriunda de recentes investimentos internos. As empresas mais afetadas elevaram o nível de desemprego de 3,5 a 6,8% em 1988 a 1990.

Hoje, a situação da indústria está mais crítica: por um lado, o bolívar estaria supervalorizado e, por outro, as baixas tarifas alfandegárias estariam tornando mais acessíveis e atraentes os bens importados, afetando destarte a colocação dos similares nacionais. As montadoras de veículos, as indústrias de reposição e de peças automotivas, as de eletrodomésticos e de tecidos, entre outras, estariam sofrendo mais. A imprensa em 1982 está cheia de denúncias e exigências por parte das organizações empresariais. Não obstante, desde a entrada em vigor do PAM, fala-se da necessidade de uma reconversão industrial. Houve alguns êxitos nesse campo, embora limitados devido ao clima de incerteza. O governador de Carabobo, um dos quatro estados mais industrializados juntamente com o Distrito Federal, mostrava, há algum tempo a urgência de declarar seu território área-piloto para a citada reconversão. Estima-se que a situação da indústria seja muito mais complexa diante da crescente tendência de importações competitivas no mercado, que, embora pequeno, revela clara preferência por artigos importados. Por outro lado, salvo exceções, as exportações do setor foram de excedentes não-colocados no mercado nacional devido à recessão.

Além disso, o incremento das importações pouco ou nenhum estímulo oferece ao crescimento do setor, sabendo-se que os mecanismos adotados para frear a concorrência, especialmente a desleal, são de data recente e apresentam-se insuficientes. Semelhante situação contrasta com a dos países de maior abertura comercial, os quais ainda conservam algumas formas de proteção para seus produtores. As geoeconomias das regiões capital e central poderiam ser seriamente afetadas, bem como a do estado de Anzoátegui, na região nordeste. Apesar das tendências negativas no setor industrial, existem, todavia, alguns efeitos positivos, entre os quais cabe mencionar as perspectivas de integração, especialmente com empresas colombianas na área têxtil e de confecções. São perspectivas favoráveis porque empresas venezuelanas do ramo já incursionaram pelo mercado externo. Mas, de ambos os lados, ainda há incerteza e reticências.

Na região dos Andes, o caso de Táchira chama a atenção. Alguns setores da área parecem estar adotando uma estratégia de expansão econômica. A partir de 1988, conseguiram pôr em funcionamento uma Corporación para el Desarrollo del Suroeste de Venezuela (CVS) cuja meta é converter a região (Estado de Táchira e parte dos de Apure e Barinas) numa nova região

Guiana. Alguns programas, já em curso, são complementares às atividades desta última região. A estratégia consiste em promover uma série de projetos na mineração não-metálica, na agricultura, em outras atividades orientadas primariamente para a exportação.

Os acordos comerciais com a Colômbia, em vigor desde 1992, podem constituir um estímulo para aprofundar e definir planos e programas da C.V.S. Assim, o crescimento comercial bilateral em termos de carga recebida pela alfândega de San Antonio de Táchira foi de 260% nos primeiros cinco meses de 92, em relação a igual período do ano anterior. Em 1991, a balança comercial fechou com saldo favorável à Colômbia, quando nos dois anos precedentes acontecera o contrário. A Colômbia provê a Venezuela de produtos têxteis, de origem animal, plásticos, caucho, cerâmica, vidro, máquinas e equipamentos. Por seu turno, a Venezuela lhe exporta metais comuns, produtos químicos, minerais, combustíveis, caucho, plásticos, máquinas e equipamentos.

Essa situação pode apresentar vantagens recíprocas, mas também provocar efeitos perniciosos para as geoeconomias urbano-industriais das regiões da capital e central da Venezuela. De qualquer maneira, vai repercutir na dinâmica da Área de Integração Fronteiriça binacional (San Antonio-Ureña-Villa del Rosario-Cúcuta, os dois primeiros, centros da Venezuela, os outros, da Colômbia). A acontecer isso, reforçar-se-ia a dimensão espacial da economia da sub-região sudeste do país.

Reforçam a tendência antes comentada o fato de 55 empresas colombianas terem sucursais na Venezuela e 7 venezuelanas na Colômbia. A maioria das sucursais recentemente estabelecidas corresponde ao setor financeiro, sem falar dos acordos sem representação entre instituições bancárias de ambos os países.

O turismo é outra atividade que começou a ganhar importância. Dada a desvalorização do bolívar vir de países de moeda mais forte torna-se econômico. Para visitantes de países vizinhos ou próximos, inclusive, já não é tão caro vir passar férias na Venezuela.

Desde a crise de 1983 deu-se uma mudança, que foi acentuando em anos recentes. Diminuiu o fluxo de venezuelanos passando férias no exterior e intensificou-se o turismo interno. Paralelamente, cresceu a participação de turistas estrangeiros no volume total de visitantes nas áreas mais atraentes. Os locais mais freqüentados são: a ilha de Margarita (estado de Nueva Esparta), as costas dos estados de Anzoátegui e Sucre, na região nordeste, e as praias do estado de Falcón, na região centro-ocidental; vem em seguida o montanhismo no estado de Mérida e finalmente um turismo mais definido para áreas naturais, menos humanizadas, a Grande Savana, e áreas de selva

no estado do Amazonas. Há já algum tempo, na ilha de Margarita, vêm se verificando importantes investimentos no setor; algo parecido, mas em menor escala e mais recentemente, aconteceu nas costas da região nordeste e na costa oriental do estado de Falcón, região centro-ocidental. Finalmente, em Mérida, começaram a ser implantados dois grandes complexos turístico-recreativos.

No setor agrícola nacional observam-se, também, alguns indícios de especialização com vista aos mercados internacionais. É o caso das empresas que reorientaram sua produção e comercialização da banana com esse fim. Isso acontece ao sul do lago de Maracaibo (em áreas específicas dos estados de Mérida e Zulia). Situações parecidas projetam-se para itens como hortaliças e morango, na região dos Andes (zonas altas). Também no campo do cultivo de frutas tropicais como manga, abacaxi etc. realizaram-se algumas tentativas e projetos de investimento, oferecendo áreas da região central e áreas semi-áridas dos estados de Táchira, Trujillo e Lara, respectivamente.

A imprensa, por seu turno, tem noticiado o interesse de investidores estrangeiros por grandes projetos ligados ao arroz, em relação aos quais o país conta com certas vantagens. Algo parecido ocorre com a pecuária. Tais tentativas tenderiam a revalorizar importantes áreas dos Llanos altos e baixos, principalmente dos estados de Apure, Barrinas, Portuguesa, Guárico e Cojedes.

Se esses casos se multiplicarem, talvez se chegue a uma maior especialização regional dos processos produtivos, cujos bens se regeriam pelos níveis de preços do mercado internacional, afetando a economia doméstica das regiões e alterando, desse modo, o mapa das geoeconomias regionais. Nas geoeconomias onde há predomínio industrial, a situação poderia derivar para a subsistência de umas poucas empresas competitivas, reconvertendo-se muitas outras em firmas importadoras. Em outros casos talvez prosperasse a indústria maquiladora, a qual, até, pode ter localização mais dispersa (o que favoreceria os estados do interior, sobretudo os fronteiriços). Seja como for, nada disso modificará substancialmente o padrão espacial concentrado nem a tendência à concentração de capital e seu manuseio cada vez mais centralizado. O que estaria acontecendo seria, isso sim, uma expansão (globalização) do sistema para distâncias cada vez mais afastadas de seus tradicionais centros nacionais e internacionais de operação.

Outra dimensão das mudanças na Venezuela de hoje tem seus antecedentes mais recentes na criação da Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (Copre), em 1984. Essa comissão, após consultas com profissionais, políticos, intelectuais e personagens de destaque na vida do país, elaborou um Projeto Integral para a Reforma do Estado. O citado documento trabalha

com duas idéias centrais: uma se volta para o redimensionamento do Estado, a fim de torná-lo mais operativo e eficiente, a outra procura aperfeiçoar a democracia, aprofundando-a. O projeto prevê um conjunto de reformas tanto ao nível administrativo quanto ao político e econômico, entre outros aspectos. Ao nível econômico, coincide amplamente com o PAM, ou seja, ao redimensionar o Estado, ele postula a necessidade de diminuir suas atribuições de regulador e interventor na vida econômica.

No âmbito político, o projeto ressalta a conveniência de o Estado deixar mais espaço para a sociedade civil, estimulando seu fortalecimento. Um dos elementos-chave da necessária mudança política é a descentralização, considerada por seu turno um dos eixos principais de toda a Reforma do Estado.

Com respeito à descentralização foram dados alguns passos importantes, como a eleição de governadores de estado que ocorre depois de três décadas do exercício ininterrupto da democracia, em 3 de dezembro de 1989. Outro fato significativo foi a promulgação, no início de 1990, da Lei Orgânica de Descentralização, Delimitação e Transferência de Atribuições do Poder Público.

Tais acontecimentos podem ter um significado importante para as geoeconomias regionais. Em verdade, existem potencialidades e latências no processo. Uma das conseqüências mais evidentes é que os estados dispõem hoje de um volume maior de transferências orçamentárias, oriundas do Executivo Nacional.

Não é nosso propósito fazer uma avaliação de descentralização. Não obstante, interessa-nos destacar aqui alguns aspectos. Por um lado, na esfera política, o processo pretende aproximar governantes e governados, não apenas aprimorando a comunicação entre eles como também estimulando a participação dos últimos, ou seja, aprofundando a democracia. Por outro, na esfera econômica, busca-se uma maior eficiência, sobretudo na prestação dos serviços públicos. A transferência de alguns deles do nível central para o regional (estatal) pode, de início, revelar-se adequada. Todavia, com o aumento dos custos devido à pequenez de alguns mercados regionais, ou em conseqüência da inflação, além da eliminação de subsídios, a manutenção desses serviços pode resultar onerosa, tanto para as autoridades regionais quanto para a população; opta-se, no entanto, por "inocentar" as tarifas de prestação de serviços. A situação talvez venha a tornar-se crítica para algumas regiões economicamente menos fortes, especialmente num cenário em que as transferências de fundos, a partir do nível central, apresentam uma assíntota superior, o que, aliado ao aumento das expectativas da população, pode tornar ainda mais crítico o financiamento desses serviços.

Em alguns estados, os incentivos orçamentários já obtidos estariam se

mostrando insuficientes para cobrir os programas que lhes foram transferidos ou que, por iniciativa própria, eles mesmos empreenderam. Nesse sentido, em mais de uma oportunidade sentiu-se a conveniência de os estados buscarem suas próprias fontes de financiamento via impostos ou melhora na redução das receitas. Iguais sugestões foram formuladas para os municípios, que no caso venezuelano dispõem de mais prerrogativas legais para lançar impostos próprios. Também no quadro da reforma impositiva global em estudo, várias vezes se destacou a conveniência de que o imposto sobre o valor agregado, IVA, transforme-se numa receita partilhada entre o governo nacional e os governos regionais. Semelhante estratégia busca, sem dúvida, uma base de apoio mais ampla para um imposto que, sob todos os aspectos, é impopular.

A descentralização, ao outorgar maior poder de decisão aos governos estaduais, sem falar da necessidade de captar receitas ou do imperativo de reduzir o desemprego nas diversas regiões, pode levar a uma concorrência inter-regional por investimentos nacionais ou estrangeiros — e até à perda de controle e supervisão sobre as operações das empresas que trouxeram os citados investimentos. Desse modo, a descentralização se converte mais num mecanismo destinado a liberalizar o mercado. Quer dizer, pode resultar a longo prazo numa maneira de colocar à disposição do capital as vantagens comparativas das regiões, sem os controles que possam garantir o reinvestimento, ainda que parcial, dos lucros naquelas mesmas regiões. Tal situação apenas reproduziria o sistema de disparidades regionais, acentuando o padrão preexistente.

Por outro lado, as determinações a curto e médio prazo do modelo macroeconômico vigente também não deixam entrever uma reorientação do investimento público no sentido inverso ao da concentração territorial das atividades econômicas e ao da centralização do sistema; antes, a tendência secular continuará reforçando o modelo espacial e só projetará alguns dos efeitos difusores para âmbitos regionais e atividades cada vez mais distantes.

Embora os efeitos das mudanças em curso sejam diferentes para cada região, em qualquer caso eles gravitam em torno da reestruturação dos sistemas produtivos (de bens e serviços). O imperativo é a readaptação, a partir de uma situação caracterizada por esquemas produtivos em que predominam unidades pouco eficientes, direta ou indiretamente subsidiadas e com mercados praticamente cativos, a uma outra situação em que a tendência seja para uma crescente concorrência nacional e estrangeira num mercado internacional inicialmente difícil de penetrar e num mercado nacional que, a princípio, tende a contrair-se.

Voltando aos sinais da globalização, pode-se perceber que a tendência é a

busca de economias externas de preferência à busca de economias de aglomeração. Não se trata tanto de obter uma redução de custos quanto de introduzir inovações ou aperfeiçoamentos nos produtos e serviços, competir e colocar novos produtos, abrir ou dominar novos mercados. Nesse processo tem origem uma grande mobilidade de investimento, em virtude de maiores ou menores facilidades regionais para a acumulação, as quais dependem não apenas das vantagens comparativas como também da operacionalidade e do dinamismo dos circuitos a elas vinculados. Esse processo complicado é facilitado pela aplicação de novas tecnologias, em especial as relacionadas com a organização, a informação e a telecomunicação. Ao longo do processo vão surgindo vantagens e oportunidades para cada uma das regiões do sistema. Entender o processo para evitar as primeiras e aproveitar as segundas, eis uma tarefa a que se não podem furtar os estudiosos e os planejadores.

As mudanças aqui comentadas, conforme foi mostrado, não são meras abstrações; elas estão se fazendo sentir no sistema regional venezuelano. Com efeito, a reconversão é o cerne em torno do qual gira a preocupação dos produtores e governos regionais. Às vezes trata-se apenas de reorientar o parque industrial; outras, de como colocar a produção agrícola em condições de competir com a oferta externa. Em certas regiões, o problema consiste em saber como tirar vantagem, para elas, dos investimentos externos na exploração de seus recursos naturais. Alguns estados pedem tratamento preferencial para seus produtos agrícolas. O incremento do turismo gerou expectativas atraentes, juntamente com não poucas exigências de melhoria na qualidade dos serviços, em diversos outros estados. Finalmente, muitas áreas do território, revalorizadas em decorrência das transformações já discutidas, tornam exequível o sonho dos planejadores e utopistas de ontem e hoje, os quais há já algumas décadas vêm apregoando as excelências de alguns projetos para áreas tradicionalmente atrasadas. Seja onde for, a preocupação é, ou deveria ser, compreender e prever as tendências a fim de inserir as geoeconomias regionais nesse panorama cambiante.

De um modo geral, as tendências anteriormente assinaladas — em especial a passagem para uma economia mais aberta e competitiva — geram efeitos variados e diferenciais na esfera regional. A magnitude, natureza e intensidade desses impactos dependerá das características e do grau de inserção de cada região no mencionado sistema, mas, acima de tudo, da capacidade e velocidade de resposta das elites regionais e suas organizações perante os desafios que tiveram de arrostar. O confronto sensato desses desafios com as efetivas possibilidades existentes apontará as alternativas viáveis de cada região.

Independentemente das valorizações e posturas que se tenha com respeito

ao modelo neoliberal que tende a impor-se, bem como a seus ideólogos e promotores, observa-se já uma necessidade crescente e imperiosa de compreender e explicar os processos em curso, que estão transformando o mapa das geoeconomias regionais dos países da América Latina. Estas linhas são um convite para a tarefa.